

OPINIÃO SOCIALISTA



É PRECISO ENFRENTAR TRUMP

OS TRABALHADORES DEVEM EXIGIR QUE O GOVERNO NÃO FIQUE SÓ NAS PALAVRAS E CONTRA-ATAQUE OS EUA

[Páginas 31 a 43 | Clique aqui](#)

PRISÃO DOMICILIAR É POUCO BOLSONARO NA PRISÃO

PRISÃO AOS GOLPISTAS QUE TRAMAM COM TRUMP CONTRA O BRASIL



O QUE VOCÊ ENCONTRARÁ NESTA EDIÇÃO

NOTAS | Pág. 4 a 6

Brasil tem recorde de feminicídios e estupros em 2024

PSTU consegue suspender liminar que proibia protestos em frente aos supermercados Zaffari

Pág. 7 a 12

Editorial

**É PRECISO ENFRENTAR TRUMP
E O IMPERIALISMO DOS EUA**

Pág. 13 a 20

Meio Ambiente

**TOMAR AS RUAS PARA BARRAR
O “PL DA DEVASTAÇÃO” E EXIGIR
O VETO DE LULA**

Pág. 21 a 30

Juventude

**ENTRE O GOVERNISMO DA
DIREÇÃO MAJORITÁRIA E A
POTENCIALIDADE DA
UNIFICAÇÃO DA OPOSIÇÃO
DE ESQUERDA**

Pág. 31 a 43

Centrais

**TRUMP TIRE AS MÃOS DO BRASIL!
TARIFAÇO ATACA A SOBERANIA E
AUMENTA A ESPOLIAÇÃO DO BRASIL**

Pág. 44 a 49

Opressões

**A LUTA POR REPARAÇÕES E POR
UM PROJETO SOCIALISTA DE
SOCIEDADE**

Pág. 50 a 57

Teoria

**SOBRE O SECTARISMO, O
OPORTUNISMO E AS RELAÇÕES
COM O GOVERNO LULA NA
LUTA CONTRA TRUMP**

Pág. 58 a 68

Internacional

**NO HOLOCAUSTO PALESTINO, A
FOME COMO ARMA DO ESTADO
RACISTA DE ISRAEL**

Pág. 69 a 73

Internacional

**DITADURA DE ANGOLA RESPONDE
A LEVANTE POPULAR COM
MASSACRE**

CONTRIBUA PARA UMA IMPRENSA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA

O Opinião Socialista é o jornal oficial do PSTU. Nestes mais de 28 anos, o Opinião sempre se firmou de forma contundente como uma imprensa operária, de esquerda, um contraponto à hegemonia da mídia burguesa. Durante esses anos, o jornal adquiriu diferentes formatos ou periodicidade. Mas esteve sempre ligado à luta de classes.

Para continuar defendendo uma visão socialista do mundo a serviço da classe trabalhadora, o Opinião pede a sua contribuição. Faça uma contribuição e fortaleça uma ferramenta para a discussão de uma estratégia socialista para se mudar de fato a realidade. Confira abaixo como você pode contribuir.

OPINIÃO SOCIALISTA

Banco do Brasil
Agência: 4054-1
Conta: 26751-1
PIX: 55.446.524/0001-00



EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ: 06.021.557/0001-95 /Atividade Principal 47.61-0-01

JORNALISTA RESPONSÁVEL: Mariúcha Fontana (MTb 14555)

REDAÇÃO: Diego Cruz, Jeferson Choma, Júlio Anselmo, Luciana Candido e Roberto Aguiar

DIAGRAMAÇÃO: Ana Sbabbo

CONTATOS

📷 @opiniaosocialista

📞 Clique aqui e fale conosco pelo WhatsApp

✉️ opinião@pstu.org.br

🏠 Av. Nove de Julho, 925, Bela Vista - São Paulo (SP) CEP: 01313-000

Brasil tem recorde de feminicídios e estupros em 2024



O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2025 revela dados alarmantes sobre violência contra as mulheres, em 2024. Segundo o levantamento, os casos de feminicídios totalizaram 1.492 mortes, maior número desde 2015. 64% das vítimas eram negras; 71% tinham entre 18 e 44 anos. 80% foram assassinadas por parceiros ou ex, e 64% dos crimes ocorreram em casa. Os estupros atingiram um recorde, com 87.545 registros (equivalente a uma vítima a cada seis minutos). 76,8% dos casos envolveram “vulneráveis” (menores de 14 anos ou pessoas incapazes de consentir) e 56% das vítimas eram negras. Casos recentes ilustram a gravidade do aumento da violência machista: uma indígena Kokama denunciou estupro por policiais no Amazonas e uma mulher sofreu tentativa de feminicídio dentro de um elevador em Natal (RN), sendo golpeada com mais de 60 socos. Os dados de 2024 são um grito de alerta para a

sociedade e para as autoridades. É fundamental fortalecer as redes de apoio, garantir a efetividade das medidas protetivas, investir em campanhas de conscientização e, acima de tudo, promover a educação para a igualdade de gênero desde cedo, a fim de construir um futuro onde a violência contra a mulher não seja mais uma triste realidade.

VITÓRIA

PSTU consegue suspender liminar que proibia protestos em frente aos supermercados Zaffari

A liminar que proibia manifestações a menos de 100 metros das unidades do Zaffari foi suspensa pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ/RS), através de recurso interposto pelo PSTU.

Segundo Rejane de Oliveira, da direção do PSTU, “a revogação da proibição é uma vitória parcial importante. Nunca deixamos de lutar contra as arbitrariedades do Zaffari e é fundamental intensificarmos a luta contra as escalas 10X1 e 6x1 e pela redução da jornada de trabalho, sem redução salarial”. O grupo Zaffari é um dos maiores oligopólios empresariais do Rio Grande do Sul. Faturou, em 2023, R\$7,6 bilhões, à custa da exploração dos seus trabalhadores e da monopolização da rede de mercados. Todos os pequenos comerciantes, mercados varejistas de bairros, são sufocados pelo império Zaffari. São constantes as denúncias de obras e instalações

de suas unidades que, inclusive, ameaçam o meio ambiente. E, não contente em submeter os seus trabalhadores a uma escala de trabalho super exaustiva, em que se trabalha 10 dias, ou mais, para poder ter um dia de descanso (sem falar nas diversas denúncias de assédio moral), o Zaffari queria impedir a realização de manifestações contra essas práticas.

“É NAS RUAS QUE
VAMOS ENFRENTAR
OS PATRÕES!”

Veja a nota de Rejane Oliveira

aponte a câmera do seu celular para o QR Code ou

CLIQUE AQUI



NÃO REAGIR É SE COMPORTAR COMO COLÔNIA

É preciso enfrentar Trump e o imperialismo dos EUA



Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump | Foto: Reprodução

O tarifaço de Trump é um ataque econômico e político inaceitável. A imposição de tarifas sobre os produtos brasileiros, a defesa dos interesses das “big techs” e a exigência de mudança em decisões judiciais, a favor de Bolsonaro, não são apenas ataques à economia brasileira, mas à própria soberania nacional.

O governo Lula tem a obrigação de retaliar os Estados Unidos. Mas, até agora, apesar de certo discurso de que o governo iria reagir, Lula não fez ação alguma de enfrentamento contra os EUA. E até já mudou o tom de suas falas.

Em entrevista à Reuters, no dia 6 de agosto, por exemplo, disse que não irá retaliar: “Não vou fazer, porque eu não quero ter o mesmo comportamento dele. Quero mostrar que, quando

um não quer, dois não brigam. Eu não quero brigar com os EUA”, disse o presidente, deixando evidente que, mesmo diante de uma agressão imperialista, o governo prefere a conciliação.

Ministros como Haddad e Alckmin fizeram reuniões com grandes empresários e estão negociando com os EUA, chegando ao ponto de o ministro da Fazenda colocar na mesa a entrega dos minérios das terras raras brasileiras aos EUA. Assim, vai se criando o caminho para uma verdadeira capitulação.

Não é à toa já que Haddad minimiza a agressão imperialista dos EUA. Numa coletiva à imprensa, em 5 de agosto, ele disse que “nós não vamos cair na armadilha de imaginar que um governo, por desinformação, está tomando medidas de agressão ao Brasil. Essa não é a história da parceria do Brasil com os EUA”.

Ou seja, ao reivindicar a história dos EUA com o Brasil, se esqueceu de dizer que esta relação é marcada pela dominação econômica, a ingerência política e a rapinagem feita pelas multinacionais dos EUA.

EXIGIMOS QUE O GOVERNO TOME MEDIDAS PARA ENFRENTAR O TARIFAÇO

Para se contrapor às agressões imperialistas, as medidas que o governo Lula poderia adotar são conhecidas e realizáveis. Listamos quatro delas, que demonstrariam para os EUA e o mundo que o Brasil não aceita ser colônia ou país de terceira categoria.

1 - APLICAÇÃO DA LEI DA RECIPROCIDADE CONTRA OS EUA

Responder com as mesmas tarifas aos produtos norte-americanos.

2 - SUSPENSÃO IMEDIATA DA NEGOCIAÇÃO PARA ENTREGA DAS TERRAS RARAS

Nenhum recurso estratégico brasileiro deve ser entregue ao imperialismo agressor dos EUA.

3 - INTERRUPÇÃO DA REMESSA DE LUCROS E DIVIDENDOS DAS MULTINACIONAIS DOS EUA

Em plena crise, o país não pode seguir perdendo bilhões para o capital estrangeiro.

4 - AUDITORIA E SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA AOS BANCOS E FUNDOS DOS EUA

É absurdo pagar bilhões a especuladores, enquanto faltam investimentos em soberania e infraestrutura.

O governo poderia tomar estas medidas imediatamente, se tivesse o compromisso com a luta pela soberania e os interesses do povo trabalhador. Mas, ao invés disso, prefere se alinhar à burguesia brasileira, que, para garantir seus lucros, teme qualquer atrito com os EUA porque tem uma relação de associação e dependência com o imperialismo.

O governo diz que “não há correlação de forças”. Mas todas as pesquisas mostram que a maioria dos trabalhadores é contra o tarifaço. Isso demonstra que há disposição de luta. O que falta é liderança e vontade de mobilizar o povo para romper com o imperialismo e seus capachos no Brasil.

Enquanto isso, economistas e grandes empresários defendem que não devemos responder com reciprocidade, porque os EUA são muito mais fortes. Essa é a lógica do colonizado, que sempre defende que é melhor abaixar a cabeça do que desagradar os poderosos. O governo Lula, ao aceitar esse argumento, está ajudando a aprofundar a colonização e a perda de soberania.

O Brasil, historicamente, sempre foi mantido sob a dominação das potências imperialistas. Essa dependência é real. Mas, aceitá-la como destino é aceitar o atraso, a submissão e a miséria como se fossem naturais. Ao não reagir, é isso que o governo está fazendo.

A LUTA CONTRA O IMPERIALISMO E AS AMEAÇAS DA BURGUESIA

A burguesia brasileira é covarde. Quando o povo fala em resistir, ela responde com chantagens: “Se fizer isso, as multinacionais vão embora!”, “Vão fechar fábricas!”, “Empregos serão afetados!”

Foi, por exemplo, o que a Ford fez. Lucrou bilhões, recebeu subsídios e, depois, simplesmente, fechou a fábrica e foi embora. É isso que querem preservar? Uma economia submissa, frágil, baseada em mão-de-obra barata e que entrega tudo para o capital?

Se ameaçarem ir embora, o que o governo deveria fazer? Defender os trabalhadores e o país, não os interesses dos monopólios imperialistas, caso Trump resolva escalar a disputa após uma retaliação do Brasil. Ou

mesmo se uma multinacional quiser fechar as portas.

Diante destas hipóteses, o governo deveria estatizar os monopólios capitalistas dos EUA e colocá-los sob o controle dos trabalhadores, garantindo os empregos, a produção e a soberania.

Mas, Lula não está disposto a isso. Porque, para tomar essas medidas, seria preciso enfrentar os capitalistas, tanto os estrangeiros quanto os daqui. E seu governo não foi feito para isso; mas, sim, para governar dentro das regras do capitalismo, buscando conciliação com os grandes empresários e com os patrões internacionais.

A CLASSE TRABALHADORA PRECISA TOMAR A FRENTE

A unidade de ação de todos aqueles dispostos a lutar contra a agressão imperialista é importantíssima. Mas o papel da burguesia brasileira e do governo Lula, sucumbindo aos EUA, está cada dia mais nítido. É preciso organizar a luta contra o tarifaço de Trump e contra a submissão do país.

Todas as organizações, sindicatos, movimentos populares e ativistas que se opõem ao domínio dos EUA devem se unir, chamando a mobilização e exigindo medidas concretas por parte do governo. A luta contra o tarifaço deve ser o ponto de partida para levantar um programa de enfrentamento ao imperialismo, ao capitalismo e em defesa dos trabalhadores.

Se o governo Lula não quiser agir, isto só reforça a importância de que os trabalhadores tomem a frente. É hora de lutar contra a agressão imperialista e pela soberania do país. Se o governo enfrentar os ataques, e se apoiar na mobilização, golpearemos juntos, mantendo nossa independência política e sendo oposição de esquerda ao governo. ■



#VETALULA

Tomar as ruas para barrar o “PL da Devastação” e exigir o veto de Lula



JEFERSON CHOMA,
DA REDAÇÃO



A Câmara dos Deputados aprovou o maior ataque à legislação ambiental do país. O projeto de lei (PL) 2.159/2021, conhecido como “PL da Devastação”, foi aprovado por 267 votos a 116, na calada da madrugada de 17 de junho. O projeto é uma iniciativa da Bancada Ruralista do Congresso e já havia sido aprovado, em maio, pelo Senado.

O PL acaba com o licenciamento ambiental e abre caminho para uma desregulação em larga escala da política ambiental, pavimentando novas catástrofes, como o rompimento das barragens de mineração em Brumadinho (2019) e Mariana (2015), e agravando as costumeiras tragédias provocadas pelas chuvas, como a de Petrópolis (2022) e do Rio Grande do Sul (2023).

PAVIMENTANDO NOVAS CATÁSTROFES

Aliás, a tragédia no Sul oferece um pequeno e tímido vislumbre do que está por vir. A catástrofe gaúcha só ganhou uma monstruosa dimensão porque leis ambientais do estado foram flexibilizadas e sistematicamente desrespeitadas, tudo com a mais ativa colaboração do governo estadual de Eduardo Leite (PSDB) e do prefeito de Porto Alegre, Sebastião de Araújo Melo (MDB).

Antes da catástrofe, Leite suprimiu e flexibilizou mais de 500 artigos e incisos do Código Estadual de Meio Ambiente, criado no ano 2000, afrouxando regras de proteção ambiental. Depois, permitiu o autolicensingamento de grandes empreendimentos. Tudo ao arrepio das leis ambientais do país.

Se mesmo com o licenciamento no papel o desastre já é realidade, o que sobrará quando as leis de proteção forem implodidas e a ganância for liberada? Com o “PL da Devastação”, a “tragédia gaúcha” vai se converter em uma rotina em todo o território nacional.

O QUE DIZ O PL?

O projeto em questão transfere aos estados e municípios a responsabilidade na definição de quais empreendimentos poderão ser dispensados de licenciamento ambiental.

Na prática, essa descentralização tende a fragilizar significativamente o sistema de proteção ambiental. Governos locais, pressionados por interesses políticos e

econômicos, poderão priorizar a atração de investimentos em detrimento de salvaguardas ambientais essenciais. Na verdade, vai existir uma “concorrência” macabra entre os estados e municípios – uma disputa de quem flexibiliza mais as normas ambientais – para atrair novos investimentos.

Ademais, a medida ocorre em um contexto já crítico: a fiscalização ambiental (nos níveis estadual e municipal) enfrenta carências estruturais históricas, além de agora estar sujeita a influências indevidas do poder político e de grupos econômicos. É importante destacar que, mesmo sob as regras atuais de licenciamento, tragédias ambientais de grande impacto já ocorreram.

UM ATAQUE ÀS COMUNIDADES ORIGINÁRIAS E TRADICIONAIS

Outra consequência grave é o impacto sobre territórios tradicionalmente protegidos. O projeto exclui do alcance do licenciamento obrigatório importante parcela das comunidades originárias e tradicionais, como as Terras Indígenas ainda não homologadas, os Territórios Quilombolas sem titulação definitiva, as Unidades de Conservação (como Parques Nacionais e Reservas Extrativistas), exceto em casos de “impacto direto” – um conceito vago que pode abrir brechas para a degradação.

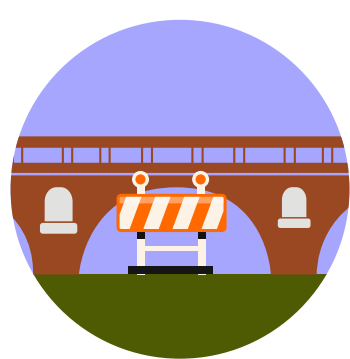
Segundo análises do Instituto Socioambiental (ISA), essa flexibilização deixaria desamparados aproximadamente 40% dos territórios indígenas e 96% das comunidades quilombolas sem titulação formal. Além disso, projeções

conservadoras indicam que o desmatamento decorrente poderia atingir uma área comparável ao tamanho do estado do Paraná, com danos irreversíveis à biodiversidade e aos modos de vida tradicionais.

Em síntese, a proposta não apenas enfraquece mecanismos de prevenção a desastres, mas também coloca em risco ecossistemas sensíveis e populações historicamente vulnerabilizadas, potencializando conflitos socioambientais e ampliando a crise ecológica no país.

SAIBA MAIS

O que muda com o “PL da Devastação”?



Elimina etapas de obras com alto potencial de impacto ambiental, como viadutos, pontes, hidrelétricas e barragens de rejeitos



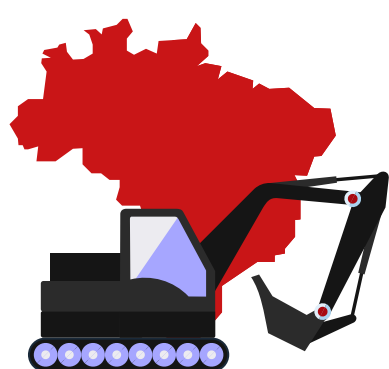
Dispensa licença para obras de ampliação de estradas



Deixam de ser obrigatórias as regras do Conselho Nacional do Meio Ambiente para a mineração de grande porte ou de alto risco



Retira o status de área protegida de Terras Indígenas e Quilombolas que não foram definitivamente demarcadas ou tituladas



Valida, em todo território nacional, o autolicensingamento de projetos de médio porte



Cria a Licença Ambiental de Alto Risco, um licenciamento rápido, que pode ser feito caso o governo declare que determinada obra é estratégica

BARBÁRIE AMBIENTAL DO AGRO

“PL da Devastação” é um crime premeditado do Congresso

O projeto de lei é um crime premeditado. Isto porque a humanidade está diante de um de seus maiores desafios: sobreviver ao

aquecimento global, que vem causando eventos climáticos extremos em todo o mundo — cada vez mais intensos e frequentes.

Ondas de calor ou de frio; secas extremas e quebras de safras agrícolas; novas pandemias, provocadas pela destruição de florestas e pelo derretimento do gelo dos polos; imensas ondas de refugiados climáticos; crises hídricas e de produção de alimentos são as tintas que pintam o quadro apocalíptico para as próximas décadas deste século.

É em meio a essa realidade trágica que o Congresso simplesmente implode leis que poderiam salvar vidas e que ajudam na nossa proteção contra as mudanças do clima.

NÃO DÁ PRA NEGOCIAR O FIM DO MUNDO

É preciso exigir o veto integral de Lula ao “PL da Devastação”

Agora, o PL vai para a mesa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que tem até o dia 8 de agosto para vetá-lo ou sancioná-lo.

Até o momento, Lula não fez uma única crítica ao projeto e sua aprovação, mas sabemos que muitos dos seus ministros articularam ativamente sua aprovação no Congresso Nacional. O silêncio de Lula se explica justamente porque ele não deseja se indispor com o agronegócio, que aumentou consideravelmente sua importância econômica graças aos vultuosos créditos públicos destinados por todos os governos do PT, tal como demonstra o Plano Safra

2025/2026, que vai destinar R\$ 535 bilhões ao grande agronegócio. É exatamente esse dinheiro que financia as queimadas na Amazônia, no Pantanal e no Cerrado e, ainda, fortalece a Bancada Ruralista e suas iniciativas de barbárie ambiental no Congresso.

Por outro lado, há rumores de que o governo procura uma saída negociada com os capitalistas do agro, vetando e modificando alguns pontos do “PL da Devastação”. Mas não há o que negociar. Especialistas e cientistas já afirmaram que o único caminho é o veto integral ao projeto. Afinal, não se pode negociar o fim do mundo.

Por isso, é preciso exigir o veto integral de Lula ao “PL da Devastação” e convocar mobilizações de rua em todo o país para derrotar o projeto e os ruralistas que estão dentro e fora do governo. Pela mesma razão, não basta que se diga que “é contra o PL”, tal como faz a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. É preciso um contundente chamado à ação, que imponha uma derrota popular contra esse Congresso inimigo do povo!

O PL é um crime premeditado. Isto porque a humanidade está diante de um de seus maiores desafios: sobreviver ao aquecimento global, que vem causando eventos climáticos extremos em todo o mundo

SUPERAR O SISTEMA

Irrracionalidade do capitalismo e barbárie ambiental



O ataque ao licenciamento ambiental do país mostra toda irracionalidade inerente à lógica da produção capitalista.

Medidas como o licenciamento ambiental são criadas justamente para impedir que os próprios capitalistas, em sua ânsia pelo lucro, destruam as condições naturais da produção, tal como a fertilidade dos solos, a água, o ar e aquilo que é denominado “serviços ecossistêmicos” – necessários à própria produção de mercadorias. Contudo, ao implodir as regras ambientais em vigor, o capital acaba destruindo e limitando as condições de sua própria produção.

Exemplo disto no Brasil é o agronegócio, cuja autoexpansão, através da permanente abertura de novas fronteiras agrícolas – reduzindo florestas a carvão –, agrava as mudanças climáticas e coloca em xeque sua própria

reprodução. Em 2023, por exemplo, o agro do Mato Grosso, Goiás e Tocantins foi obrigado a fazer o replantio dos monocultivos de soja porque o plantio havia morrido devido à falta de chuvas.

DESTRUIR O CAPITALISMO ANTES QUE ELE NOS DESTRUA

A destruição da Amazônia, que pode chegar a um ponto de não retorno por causa do “PL da Devastação”, vai diminuir o regime de chuvas em todo o país, criando áreas desertificadas onde hoje pulsa o coração do agronegócio, mas também ameaçando o fornecimento de água e de energia onde estão instaladas as principais indústrias e as maiores cidades do país. A irracionalidade capitalista é inerente à própria lógica deste modo de produção.

Por isso, não há outro caminho para se enfrentar a catástrofe ambiental senão a superação do capitalismo, que criou a catástrofe que ameaça a humanidade, especialmente seus setores mais vulneráveis, como os trabalhadores e trabalhadoras pobres e oprimidos da cidade e do campo.

Superar o capitalismo impõe a necessidade de revolucionar as forças produtivas (ou seja, o conjunto do aparato produtivo), mudando radicalmente a lógica da produção (do que se produz, como se produz e para quem se produz) no marco da construção de uma sociedade de produtores associados, como dizia Karl Marx. No contexto da catástrofe climática, a disjuntiva entre socialismo ou barbárie se impõe de maneira dramática: ou superamos o capitalismo ou a humanidade sucumbirá. ■

60º CONGRESSO DA UNE

Entre o governismo da direção majoritária e a potencialidade da unificação da Oposição de Esquerda



MANDI COELHO E MANOEL SOUSA,
DO REBELDIA



60º Congresso da UNE - Foto: Maísa Mendes

O 60º Congresso da União Nacional dos Estudantes (Conune) terminou no dia 21 de julho, tendo sido marcado, por um lado, pelos esforços da atual direção da UNE, conhecida como “Majoritária”, em alinhar a entidade ao governo e seu projeto, em detrimento da base estudantil; e, por outro, pela luta da Oposição de Esquerda (OE), que polarizou o congresso, contra a tentativa da Majoritária de fragmentar nossa força na plenária final.

Este também foi um Congresso importante para o Rebeldia, que dobrou o seu tamanho desde o 59º Congresso, realizou um Encontro de Estudantes Socialistas, sob o título “Organize seu ódio de classe”, e, ainda, lançou um encarte

teórico-programático de propaganda, a cartilha “Organize sua Rebeldia”.

OS DESAFIOS DO 60º CONGRESSO DA UNE

Com o tarifaço de Trump, e passados quase três anos do governo de conciliação de classes de Lula, o Conune tinha a oportunidade de ecoar a revolta da Palestina e a greve das federais de 2024, aprovando uma agenda política anti-imperialista, da classe trabalhadora e sem rabo preso com o Centrão e os bilionários.

Contudo, isso não foi possível, porque a direção majoritária da entidade – formada pela União da Juventude Socialista (UJS/PCdoB), Juventude do PT (JPT), Levante Popular da Juventude, Juventude da REDE Sustentabilidade (JREDE), do PDT (JPDT) e do PSB (JPSB) –, reforçada pela adesão do Afronte (Resistência/PSOL), do Rua (Insurgência/PSOL), do Fogo no Pavio (Revolução Solidária/MTST/PSOL), o Manifesta (Primavera Socialista/PSOL) e o Travessia (Subverta/PSOL), abandona as necessidades estudantis para colocar a defesa do projeto do governo Lula e do PT em primeiro lugar.

LULA NO CONUNE: UMA ODE À CONCILIAÇÃO

Diferente do cenário maravilhoso que Lula tentou desenhar em sua passagem pelo 60º Conune (ao lado de Camilo Santana, Ministro da Educação), o orçamento para as universidades, hoje, é menor do que o do governo Bolsonaro pré-pandemia. E com os cortes previstos pelo governo, fica menor ainda.

Além disso, Lula anunciou fundos do pré-sal para a Educação, como se fosse uma conquista

sua. Mas, a medida é fruto de um projeto de lei de Davi Alcolumbre, do União Brasil, partido do Centrão. O que, também, desbanca a narrativa do próprio governo, quando ele afirma que é o antagonista do Congresso Nacional e do Centrão.

Sobre Trump e a ameaça imperialista, o governo disse que vai taxar as empresas digitais norte-americanas. Seria um primeiro passo no enfrentamento ao imperialismo. No entanto, até agora o governo não fez nada de concreto contra os Estados Unidos e, ainda, está negociando o tarifaço, ao invés de enfrentá-lo.

É parecido com o que faz em relação à Palestina: condena o genocídio, mas não rompe com Israel. E, aliás, Lula sequer falou sobre este tema no Conune, mesmo diante da exigência de ruptura ecoada, aos gritos, pelo movimento estudantil.

ENCRUZILHADA

Uma UNE submetida à conciliação ou uma UNE com independência?

A Majoritária sacrifica a base estudantil com medo de que a oposição cresça. Por isso, a falta de democracia nas eleições, o alto valor da taxa de inscrição, um número menor de Grupos de Trabalho (GTs) em relação ao congresso de 2023 e a falta de espaço para os estudantes falarem...

E, se não bastasse, ainda houve a tentativa de impedir que a Oposição de Esquerda ficasse reunida na arquibancada durante a plenária final, o que expressaria melhor nossa força. O medo que a base saia dos trilhos tem a ver com as posições políticas da própria Majoritária.

Em suma, se o governo ataca a Educação, é necessário enfrentar o governo e suas medidas para defendê-la. Mas, para a Majoritária e seus aliados, se voltar contra o governo significaria se voltar contra si mesma e sua política.

Por isso, o máximo que fazem é exigir que a Educação fique fora do Arcabouço Fiscal. Não falam nada sobre os 14 ministros do Centrão que compõem o governo nem mencionam que a educação brasileira está cada vez mais desnacionalizada, colocada nas mãos de fundos de investimento ianques, por causa das privatizações que o governo apoia, o que, obviamente, ataca a soberania.

Da mesma forma, não falam nada sobre a submissão do Brasil ao imperialismo chinês e passam pano para a guerra de Vladimir Putin contra a Ucrânia, juntamente com os BRICS, não fortalecendo nossa soberania e nem enfrentando a extrema direita.

A NOVA MAIORIA DA UNE E A VELHA POLÍTICA DE CONCILIAÇÃO

A Majoritária se vangloria de uma nova maioria, formada juntamente com a “Juventude Sem Medo”. Segundo eles, não deveria existir oposição de esquerda, nem na UNE nem ao governo Lula, porque isso fragmenta a luta contra a direita.

O problema é que a unidade que eles defendem é com o governo. Mas a “governabilidade” se assenta nos R\$ 50 bilhões em emendas parlamentares transferidas para o Centrão e em acordos com bilionários, como Jorge Paulo Lemann. Ou seja, se aliam a quem dizem combater – os bilionários, o Centrão e o Congresso –, abandonando a perspectiva de superar o capitalismo e, assim, preparando o terreno para a extrema direita.

O Rebeldia defendeu um projeto político de ruptura com os bilionários, o Centrão, essa tal “governabilidade” e o capitalismo. Apresentamos a necessidade de lutar contra os cortes e pelo fim do Arcabouço Fiscal e da jornada 6×1, combinado isto com a luta contra Lemann no MEC e os bilionários na Educação em geral, além da expropriação das empresas privadas de ensino, rumo ao fim do vestibular.

Por isso, também batalhamos pela unificação da OE, que é o campo que, com um programa comum, poderia enfrentar o projeto e os métodos da Majoritária.

A unidade defendida pela Majoritária da UNE é com o governo. Mas a “governabilidade” se assenta nos R\$ 50 bilhões em emendas parlamentares para o Centrão e em acordos com bilionários, como Jorge Paulo Lemann.

BALANÇO

Oposição de Esquerda sacudiu o Congresso e enfrentou a Majoritária

Na plenária final, quando a Majoritária tentou impedir nossa entrada nas arquibancadas, a Oposição de Esquerda – formada pela Correnteza (Unidade Popular), Juntos (Movimento Esquerda Socialista/PSOL), União da Juventude Comunista/PCBR, Ecoar (Rebelião Socialista/PSOL), União da Juventude Comunista/PCB, Vamos à Luta (Corrente Socialista dos Trabalhadores/PSOL) e Rebeldia (PSTU) – se recusou a entrar no estádio e fez uma plenária paralela, do lado de fora do local, o que acabou paralisando o Conune e obrigando a Majoritária a recuar. Isto foi um feito inédito, que colocou em questão quem deve dirigir a UNE, mostrando, ainda, a força que a OE pode ter quando se unifica. A OE expressou a luta contra os cortes e o Arcabouço, em defesa da democracia, com voto direto e secreto.

Isso tudo sedimenta o terreno para que a OE se firme como um campo político nacional. É preciso batalhar para que isso se desenvolva.

Neste sentido, a posição da Faísca/MRT, que defendeu a construção de um 3º campo, de oposição à OE, atrapalha essa luta, o que só fortalece a Majoritária. E pior, também foram incoerentes com sua própria política, porque quiseram participar do ato unitário e da plenária dela e retiraram a própria chapa para apoiar a da OE. Isso após dias denunciando a OE,

atrapalhando nossa falas na plenária final e, assim, se igualando à Majoritária.

OS LIMITES DA OPOSIÇÃO DE ESQUERDA

Em contraponto ao evento com Lula, construímos um ato junto à UJC/PCBR, denunciando o Arcabouço Fiscal e exigindo a ruptura das relações Brasil-Israel. Infelizmente, as demais organizações da OE não construíram esse ato, o que enfraquece a luta pela independência do movimento estudantil em relação ao governo, como também abala a unidade da própria OE.

O fato é que os distintos graus de adaptação das organizações em relação ao governo são limites para a Oposição de Esquerda.

Para que a OE possa levar a luta contra a Majoritária às últimas consequências, é preciso ir além das atuações conjunturais. É preciso definir um programa que a supere. Como contribuição, apresentamos três eixos, que podem servir de base para um novo programa da OE: a) oposição de esquerda ao governo Lula; b) aliança operário-estudantil: nossos aliados são os trabalhadores e trabalhadoras, não o Centrão e os bilionários; c) democracia: voto direto e secreto na UNE, eleições na base, contra as impugnações, acordos e negociações de cúpula.

CONHEÇA!

O Encontro de Estudantes Socialistas e o encarte “Organize sua Rebeldia”

Nosso Encontro contou com a presença de

Gustavo Machado, do canal “Orientação Marxista”, em uma atividade de formação intitulada “O que falta para o Brasil é uma revolução socialista”. Soraya Misleh (PSTU/Frente Palestina-SP) também esteve presente, participando da mesa internacional, e do ato anti-imperialista, no qual queimamos bonecos de Trump e Netanyahu.

Além disso, Julia Emmilyn (Rebeldia/SP) e Hertz Dias (Secretaria Nacional de Negras e Negros/PSTU e Gíria Vermelha) conduziram a mesa “Na linha de frente: contra a opressão, pela revolução”, com peso da juventude negra e o do debate antirracista, e na qual também lançamos a “Cartilha Feminista de Autodefesa”. A mesa ainda foi fechada com o “Sarau Periférico”.

Por fim, Mandi Coelho (Rebeldia) e Weller Gonçalves (presidente Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região) encerraram a atividade fazendo um convite: “Organize sua Rebeldia”.

Nossa cartilha também foi lançada para dar respostas revolucionárias à realidade e fazer a disputa ideológica contra as diferentes visões de mundo existentes no movimento estudantil. Entre outros temas, nela discutimos a realidade brasileira e a necessidade de uma revolução socialista, a luta contra as opressões à maneira revolucionária, o combate ao oportunismo e esquerdismo.

Além disso, há artigos de polêmica a com a UJC/PCBR e a Correnteza (UP), um balanço dos 20 anos do PSOL e dos partidos anticapitalistas. Leia, discuta e divulgue!

PRÓXIMOS PASSOS

Desafios para um movimento estudantil que enfrente a extrema direita e o governo Lula

No dia 11 de agosto, vamos tomar às ruas para derrotar a ingerência de Trump e garantir a prisão de Bolsonaro. Para que se expresse a mais ampla unidade nas ruas, precisamos de assembleias em todas as universidades. E para levar nossas pautas às últimas consequências é preciso independência do governo, o que passa por disputar o conteúdo do Plebiscito Popular, para incluir os cortes, o Arcabouço Fiscal e a taxa dos bilionários.

Para superar a extrema direita e Trump, não podemos esperar as eleições e nem sermos parte da engrenagem de governabilidade capitalista, como propõem a Majoritária da UNE, Lula e os aliados do imperialismo chinês.

Nossa estratégia é fazer uma revolução socialista, que ponha fim às podres instituições da burguesia, para refundar a sociedade, com base no poder dos trabalhadores. Queremos superar o projeto capitalista do governismo – que é justamente o que fortalece a extrema direita –, apostando em construir uma oposição socialista e revolucionária ao governo.

Por fim, queremos prestar condolências aos camaradas do Correnteza, que perderam lutadores de sua organização no trágico acidente do ônibus da Universidade Federal do Pará (UFPA) que estava a caminho do

congresso. Nossas homenagens a esses estudantes e aos dois motoristas que faleceram. Leandro, Welfeson e Ana Letícia presentes!



60° Congresso da UNE - Foto: Maísa Mendes

ABAIXO AO IMPERIALISMO!

Trump tire as mãos do Brasil! Tarifaço ataca a soberania e aumenta a espoliação do Brasil

 DA REDAÇÃO

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, se antecipou ao início do tarifaço, inicialmente programado (por ele próprio) para entrar em vigor no dia 1º de agosto, e anunciou uma lista de exceções à taxaço de 50%, com 694 produtos, prorrogando, ainda, o início da cobrança para o dia 6 de agosto.

As “exceções” têm a ver, essencialmente, com produtos dos quais a economia e os monopólios norte-americanos dependem, como os produzidos pela Embraer (nada menos que 80% do tráfego interno dos EUA é garantido pela empresa brasileira) e o suco de laranja, além de derivados do aço.

Em suma, Trump atendeu aos lobbies dos monopólios norte-americanos. Mas isso não muda o caráter do ataque ao Brasil. Produtos como o café, o setor de plásticos e parte significativa de máquinas e equipamentos continuam com a taxa de 50%. Lembrando, ainda, que mesmo as tais exceções continuam taxadas em 10%.

Para se ter uma ideia, 30% do que é produzido de eletroeletrônicos no Brasil vai para o mercado norte-americano. Inúmeras empresas de pequeno e médio porte serão atingidas, como as que exportam madeiras e porcelanas, e das quais dependem vários municípios brasileiros. Ao final, quase 36% das exportações brasileiras continuam com o embargo de 50%, o que equivale, só em 2024, a US\$ 14,5 bilhões de dólares (cerca de R\$ 80 bilhões).

Dados levantados pela Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham), calculam que o tarifaço pode atingir 10 mil empresas brasileiras e 3,2 milhões de trabalhadores no país. Ao mesmo tempo, no decorrer da próxima década, a política adotada por Trump representaria US\$ 2 trilhões de dólares aos cofres da Casa Branca, que servirão para cobrir os gastos com os cortes de impostos aos mais ricos, enquanto os próprios trabalhadores e a população mais pobre dos EUA arcarão com parte das tarifas, repassadas aos consumidores.

O Brasil já é explorado pelas empresas dos EUA e Trump tem como objetivo aprofundar a exploração do país e pilhar os recursos naturais, para garantir os superlucros das suas multinacionais, à custa do sangue e do suor da classe trabalhadora brasileira.

OLHO GORDO

Big techs, fim do Pix e a questão das terras raras

Os interesses das big techs estão no centro do tarifaço de Trump. Além da chantagem em relação a Bolsonaro e os golpistas, Trump cresce o olho, mesmo, é no domínio das grandes empresas de tecnologia sobre o país.

Num momento em que se discute a regulamentação das redes, e a taxação dessas empresas, o imperialismo norte-americano quer assegurar que as “magníficas” – como a Alphabet (dona da Google), a Amazon, a Meta (do Facebook), além da Microsoft – continuem atuando livremente e lucrando, ignorando e passando por cima das leis do Brasil.

Os tentáculos das big techs se estendem para além das redes sociais. Elas querem, por exemplo, junto com os bancos, acabar com o Pix, para poderem lucrar com a movimentação do nosso próprio dinheiro.

Desde sua criação, o sistema elaborado pelo Banco Central movimentou R\$ 60 trilhões, uma grana que passou por fora dos bancos norte-americanos. A iminência do “Pix parcelado” ameaça escantear mais ainda esse setor, que simplesmente não aceita lançar mão de parte do dinheiro que os brasileiros movimentam no dia-a-dia.

Além disso, as big techs querem, ainda, continuar atuando “livremente”, sem pagar

qualquer imposto ou sem regulamentação, e espalhando, também livremente, “fake news”, para impulsionar seus políticos de extrema direita.

Da mesma forma, estão de olho nos “minerais críticos”, como o lítio e o nióbio, fundamentais para as baterias da Tesla, de Elon Musk, por exemplo. Assim como desejam o domínio da instalação de “data centers” no país, a infraestrutura física para o funcionamento da Internet.

A mineração no Brasil já é subordinada aos interesses dos imperialismos, o que Trump e as big techs querem é justamente aprofundar o caráter colonial do país, espoliando esses recursos naturais por meio da chantagem e do embargo econômico.

O pix elaborado pelo Banco Central movimentou R\$ 60 trilhões, uma grana que passou por fora dos bancos norte-americanos.

IMPERIALISMO

Não à ingerência política dos EUA no Brasil

Se por um lado o tarifaço faz parte da política externa do imperialismo norte-americano (de

taxar o mundo inteiro), o caso do Brasil mostrou uma evidente tentativa de interferir na política interna e no judiciário brasileiro, para livrar seu aliado Bolsonaro da cadeia e garantir a livre atuação das big techs norte-americanas, acima das leis do Brasil. A aplicação da chamada Lei Magnitsky contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, escancara a chantagem imperialista contra o judiciário brasileiro, em favor dos golpistas.

Os bolsonaristas e a extrema direita, ao comemorarem a ingerência norte-americana, escancaram a hipocrisia de seu discurso “patriota”. São verdadeiros entreguistas, vassallos de Trump e de um país estrangeiro que nos explora.

Sabemos que o regime político brasileiro serve aos ricos e, inclusive, a cúpula do judiciário e do STF também servem à manutenção do capitalismo. Não há o porquê ter, por isso, confiança alguma em Alexandre de Moraes ou no STF. Assim como não depositamos confiança alguma no próprio governo Lula, do qual o PSTU é oposição de esquerda desde o seu primeiro dia, e que é garantidor dos interesses dos bilionários capitalistas.

O que se trata aqui, porém, é defender a soberania do país contra a ingerência estrangeira por parte de um país imperialista, assim como garantir punição a Bolsonaro e todos os golpistas. Prisão domiciliar é pouco para Bolsonaro. Ele e sua corja devem apodrecer na cadeia.

É preciso repudiar e ser linha de frente contra qualquer tipo de ingerência dos EUA na política, na economia, no regime ou no judiciário brasileiro. E, desde aí, temos que exigir uma ampla unidade de ação na luta contra os EUA. Junto com isso, é preciso denunciar o papel vergonhoso de todos os setores que capitulam diante de uma agressão política e econômica estrangeira.

SOBERANIA NÃO SE NEGOCIA

Lula, negociação é entrega do país! É preciso enfrentar Trump!



Presidente Lula | Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

O tarifaço de Trump tem como objetivo colocar o Brasil de joelhos, aprofundando ainda mais a subordinação do país ao imperialismo norte-americano. Seja através da taxaço, que recairá em última instância sobre os salários e empregos da classe trabalhadora brasileira; seja na espoliação direta dos recursos naturais do país.

Na lista de ambições de Trump em sua cruzada pelo mundo, por exemplo, está a busca pelas chamadas terras raras, recursos naturais fundamentais para baterias e outros produtos de alta tecnologia (leia o box).

Diante disso, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, representando o governo Lula, afirmou à imprensa que esses recursos minerais estavam na mesa para negociar com Trump. “Temos minerais críticos e terras-raras. Os Estados Unidos não são ricos nesses minerais, podemos fazer acordos de cooperação para produzir baterias mais eficientes”, declarou à BandNews.

Esta é uma demonstração de que, apesar de toda a retórica de Lula, supostamente contra os EUA, a sua política é buscar a negociação e a conciliação com o imperialismo. Não é à toa que, até agora, não tenha havido qualquer retaliação e nem mesmo foi aplicada a Lei da Reciprocidade.

Pelo contrário, atendendo aos apelos dos setores patronais da indústria e do agro, o governo vem se rendendo ao governo Trump, oferecendo as cobiçadas terras raras como parte dessa negociação.

NENHUM EMPREGO OU DIREITO A MENOS

Burguesia quer aproveitar para jogar a crise nas costas dos trabalhadores

Tão logo foi anunciado o tarifaço de Trump, a burguesia brasileira se mobilizou, não para

defender o país e a sua soberania, mas para pressionar o governo e, junto com ele, negociar com o imperialismo e não retaliar, nem mesmo utilizando a prerrogativa da reciprocidade (aprovada com os votos da Bancada Ruralista, do Centrão e os lobbies dos monopólios no Congresso Nacional).

O presidente da Embraer, por exemplo, prometeu construir uma unidade (prevista para ser feita no Brasil) no país de Trump. Já a fabricante de armas Taurus, do Rio Grande do Sul, que exporta para os EUA, prometeu transferir sua produção para lá.

Ou seja, a burguesia brasileira, sócia menor dos imperialismos, ainda que tenha certos interesses que, de alguma forma, batam de frente com a política de Trump, não hesita em rifar os empregos e a renda de milhares de trabalhadores, ou baixar a cabeça para a ingerência dos EUA no Brasil, para manter seus lucros e garantir seus negócios.

SALÁRIOS E DIREITOS NA MIRA

O governo tem uma divisão de tarefas. Enquanto Lula fala em enfrentar os EUA, seus ministros Haddad e Alckimin (que também é ministro da Indústria e Comércio) se reúnem com os empresários e trabalham como verdadeiros porta-vozes dos interesses do empresariado entreguista brasileiro, que busca acordos e conciliação com o imperialismo dos EUA.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) levou a Alckmin a reivindicação de um pacote para abrandar os efeitos do tarifaço nos setores

afetados. E, adivinhe, a receita dos empresários é a mesma de todas as crises, como a recessão de 2015-2016 e a pandemia: garantir seus lucros à custa dos salários, direitos e empregos.

O pacote inclui linhas de crédito via o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), adiamento e parcelamento de impostos e a reativação do Programa Seguro-Emprego, que permite a redução dos salários, ou até a suspensão dos contratos de trabalho.

As propostas aventadas para jogar a crise, mais uma vez, sobre as costas dos trabalhadores, porém, vão além do pacote defendido pela CNI. Reportagem da “Folha de S. Paulo” elenca uma série de medidas, utilizando dispositivos da Reforma Trabalhista e da decisão do STF, que submete a legislação à negociação com os patrões.

Já o presidente da CUT, Sérgio Nobre, por exemplo, defende medidas como a antecipação de feriados e banco de horas, sem descartar a redução dos salários e da jornada.

TIRE AS MÃOS DO BRASIL

Ir às ruas contra os ataques de Trump e pela soberania nacional

É preciso resistir e enfrentar, além das palavras, o ataque de Trump. Devemos repudiar a aplicação de sanções contra Alexandre de Moraes e demais chantagens sobre os ministros do STF. Devemos exigir de Lula a aplicação da reciprocidade em

tudo o que beneficie o Brasil, além de proibir a remessa de lucros e dividendos das empresas dos EUA, bem como suspender o pagamento da dívida pública aos credores norte-americanos.

Neste mesmo sentido, é preciso quebrar as patentes dos medicamentos norte-americanos e defender a exploração nacional e estatal das terras raras, com compromisso em relação ao meio ambiente e com a defesa das terras indígenas e quilombolas.

Já as big techs (incluindo a rede de Trump) devem ser taxadas e regulamentadas, sendo obrigadas a respeitar as leis do Brasil e proibidas de interferirem no processo político e institucional do país.

A classe trabalhadora vem dando o exemplo, como as manifestações realizadas no dia 1º de agosto. É hora de intensificar essa mobilização, inclusive com unidade de ação com o governo e todos os setores que estejam dispostos a enfrentar o imperialismo, mas com independência de classe, sem aceitar qualquer ataque ou entrega de nossos recursos naturais.

E, no processo, exigindo a prisão de Bolsonaro na cadeia, como também de todos os golpistas e entreguistas, que tramam com Trump contra o Brasil.

COMBATER O IMPERIALISMO E NÃO ACEITAR REBAIXAMENTO DE DIREITOS

A classe trabalhadora deve estar à frente da luta contra o ataque do imperialismo, em defesa da soberania e, também, por seus salários e

empregos. O tarifaço de Trump visa aumentar ainda mais a espoliação e exploração do país, atingindo em cheio a classe.

Por outro lado, a burguesia nacional, covarde e entreguista, abaixa a cabeça para Trump e quer atacar os trabalhadores para proteger seus lucros e até se aproveitar da situação para avançar contra o que resta de direitos trabalhistas.

Não abrindo mão da unidade de ação para enfrentar o ataque imperialista de Trump, com todos os setores dispostos a isso (o que inclui até setores da burguesia), a classe trabalhadora deve se organizar e manter sua independência de classe frente aos governos e aos patrões. Não pode aceitar nenhuma demissão ou redução de direitos.

O agronegócio, que já conta, inclusive, com o bilionário Plano Safra, deve disponibilizar, a preço de custo, sua produção para o mercado interno, reduzindo a galopante inflação dos alimentos que corroí a renda do povo brasileiro.

SEMICOLÔNIA

Querem tirar o que resta de soberania do Brasil

O Brasil sempre foi um país dominado. De colônia de Portugal, passou por um processo negociado de independência que, longe de construir um país realmente soberano, o manteve sob a sombra do então hegemônico

imperialismo inglês. Com a ascensão do imperialismo norte-americano, o Brasil continuou subordinado. Agora, vem crescendo a influência do capital chinês, ainda que os EUA continuem mandando.

É uma dominação que se reflete não só nas trocas comerciais desiguais, mas na exploração direta dos monopólios transnacionais instalados aqui, que exploram a mão-de-obra barata dos trabalhadores brasileiros para remeterem seus lucros às matrizes lá fora.

Exemplos disto são a participação do capital estrangeiro nas empresas brasileiras (como a BlackRock, que tem participação na Embraer), a exploração de serviços públicos através de concessionárias ou, ainda, as Parcerias Público-Privadas (PPPs). E, também, os juros da dívida pública, pagos aos banqueiros e megafundos de investimento.

Em quase todos os setores da economia, o imperialismo (o norte-americano e o europeu, em menor grau, assim como a China, que vem crescendo) domina o Brasil. É um processo de recolonização que vem avançando nas últimas décadas. Mesmo assim, ainda temos uma relativa autonomia, com instituições relativamente independentes do imperialismo, o que, vez ou outra, desata algumas contradições, como estamos vendo agora, com o ataque de Trump.

A política do imperialismo norte-americano é justamente acabar com o que resta de soberania, fazendo o país regredir à condição

de colônia, sem nem mesmo termos o direito de eleger o presidente, ou sob quais leis se submeterão as big techs. Por isso, a importância da luta contra o ataque de Trump e do imperialismo e o necessário rechaço à sua ingerência sobre a política e o judiciário.

BRASIL NÃO PODE SER QUINTAL DE NINGUÉM

A saída para essa luta, porém, não pode ser a troca da subordinação aos EUA pela submissão à China ou qualquer outro imperialismo. Não existe um “capital do bem”. Os interesses da China sobre o Brasil não são para desenvolver o país, num ambiente amistoso de uma cooperação igualitária, como faz parecer boa parte da esquerda. O exemplo da África já deveria servir para mostrar como a China explora de forma voraz os países que estão sob sua influência.

O embate do ascendente imperialismo chinês com o imperialismo norte-americano em decadência não torna Pequim mais progressivo. Pelo contrário, a China, assim como os EUA, quer impor um novo patamar de exploração e espoliação sobre o Brasil. O que estamos vendo é uma competição interimperialista pela hegemonia do capitalismo mundial.

Uma verdadeira soberania, porém, só virá quando os trabalhadores derrubarem esse regime e o Estado burguês e construírem um outro tipo de Estado, governado pela própria classe trabalhadora e o povo oprimido. Uma sociedade socialista.■

MULHERES NEGRAS

A luta por reparações e por um projeto socialista de sociedade



VERA LÚCIA

DA SECRETÁRIA NACIONAL DE NEGROS E NEGRAS DO PSTU



Durante o chamado “Julho das Pretas” – numa referência à celebração do Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e do Dia de Teresa de Benguela e da Mulher Negra (25/07), além do Dia da Mulher Africana (31/07) –, a militância do PSTU foi às ruas e organizou atividades de propaganda em torno do tema “Para ‘bem viver’, é necessário reparação da escravidão e lutar contra o Arcabouço Fiscal”, ressaltando a necessidade da luta pelo socialismo.

Nestas atividades, destacamos que, após séculos de opressão, exploração (mas, também, rebeldia e resistência), mulheres negras, na luta

contra o racismo, o machismo, a LGBTIfobia e o sistema capitalista, reivindicam reparações históricas concretas: terra, moradia, trabalho, saúde, educação e dignidade.

Uma necessidade que se coloca diante da história de um país como o Brasil, marcada pelo sangue, o suor e as lutas das mulheres negras, que foram escravizadas, exploradas, violentadas e empobrecidas; mas nunca silenciadas ou domesticadas. E, por isso mesmo, agora, exigimos reparações históricas reais, não promessas vazias.

ALICERCES DA HISTÓRIA DO BRASIL

Nós, mulheres negras da classe trabalhadora, somos o alicerce da história do Brasil. Desde o tráfico de africanos sequestrados de suas terras, passando pelos séculos de escravidão, até os dias atuais, sustentamos a vida, em meio à miséria, à violência e à exploração. E é por isso que as reparações históricas devem começar por nós.

O Brasil traficou cerca de 4,8 milhões de africanos e apesar de não existirem dados exatos sobre quantas destas pessoas eram mulheres, sabemos que nossas ancestrais foram submetidas ao trabalho forçado nas lavouras, aos serviços domésticos nas Casas-Grandes, sofreram torturas e estupros e, ainda, foram impedidas de exercer a maternidade. E, se não bastasse, após a abolição formal, nunca tiveram acesso à terra, à educação ou à moradia. Uma exclusão sistemática que se mantém até hoje.

TRABALHO PRECÁRIO E SALÁRIO BAIXO

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em levantamento de 2023, 65% das trabalhadoras domésticas são mulheres negras, têm mais de 40 anos e recebem, em média, menos de um salário-mínimo. Já o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que 6,8 milhões lares brasileiros são chefiados por mulheres negras.

Ao mesmo tempo, são as mulheres negras, também, as que mais sofrem com as reformas Trabalhista e da Previdenciária, a terceirização e os serviços precarizados.

A violência fincada nas próprias estruturas da sociedade também se expressa no encarceramento: 62% das mulheres presas são negras. A maioria foi enquadrada pela Lei de Drogas, promulgada por Lula, em 2006, sem critérios legais para diferenciar usuárias de traficantes, o que faz com que a “cor da pele” seja o único critério que realmente conte na hora das prisões. O resultado: cadeias cheias de mulheres pobres, negras, jovens e com baixa escolaridade.

Por fim, as mulheres negras são as maiores vítimas de feminicídio, compondo 62% dos casos, segundo a Anistia Internacional, como também são negras a maioria das mulheres trans assassinadas anos após ano.

Reparações históricas, já! Chega de migalhas e promessas

É PRECISO REPARAR A HISTÓRIA COM MEDIDAS CONCRETAS:



Demarcação de todos os territórios quilombolas, com assistência técnica, infraestrutura e políticas de desenvolvimento pleno.



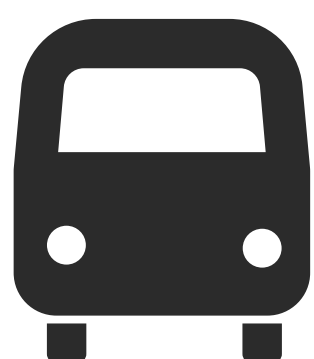
Plano nacional de moradia popular para a população negra, com prioridade para as mulheres que vivem em favelas, ocupações e áreas de risco.



Creches, escolas públicas, teatros, praças, bibliotecas, clubes e espaços de cultura e arte para crianças e jovens negros.



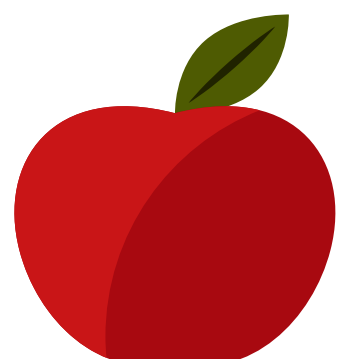
Hospitais, maternidades e postos de saúde estruturados nos bairros de maior concentração de mulheres negras.



Transporte público gratuito e de qualidade, começando pelas periferias.



Redução da jornada de trabalho: fim da escala 6x1 e emprego pleno com aumento do salário e direitos garantidos.



Redução dos preços dos alimentos e do gás de cozinha! Não há reparação com fome.



Segurança pública sob controle popular nos territórios negros.

CONTRA O ARCABOUÇO FISCAL! PELO ARCABOUÇO SOCIAL!

Tudo isso só será possível se rompermos com o Arcabouço Fiscal do governo Lula, que tem apoio de setores da direita e da burguesia. Enquanto banqueiros e empreiteiras enriquecem, o povo negro segue morrendo. Por isso, defendemos um “arcabouço social”, que coloque em seu centro as necessidades da classe trabalhadora e não os lucros dos ricos. Sabemos que Lula não fará isso. Ele governa com e para os capitalistas. Portanto, devemos nós, mulheres negras, trabalhadoras e trabalhadores, tomar em nossas mãos o que é nosso por direito e de fato.

PELA SOBERANIA DO BRASIL

Não podemos deixar nossos destinos nas mãos do imperialismo e nem de uma burguesia covarde. Também não temos a ilusão de que Lula será coerente na defesa do país. Por isso, temos que ir ruas, de forma independente, para dizer “Trump, tire as mãos do Brasil!”

POR UMA NOVA SOCIEDADE: SOCIALISTA, LIVRE E IGUALITÁRIA

Reparações não são formas de caridade. Representam o pagamento do devido. Mas, para realmente “repararmos” séculos de opressão e exploração, precisamos muito mais do que isso. Precisamos de uma nova sociedade.

O capitalismo já provou que não tem nada a nos oferecer. É tempo de construir, com organização e luta, uma alternativa socialista, onde possamos viver com dignidade, liberdade e igualdade.

Vamos seguir o exemplo de Dandara, Luiza Mahin, Tereza de Benguela e tantas outras que nunca abaixaram a cabeça.

Reparação é luta! Reparação é o caminho para uma revolução socialista! ■



POLÊMICA

Sobre o sectarismo, o oportunismo e as relações com o governo Lula na luta contra Trump

 MARIÚCHA FONTANA
DA REDAÇÃO



Foto: Maisa Mendes

Os revolucionários e a classe trabalhadora devem se colocar na vanguarda da luta contra o ataque de Trump-Bolsonaro (em outras palavras, do imperialismo norte-americano) ao Brasil, um país semicolonial.

Não por acaso, o PSTU e o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, dirigido majoritariamente por militantes do partido, saíram na frente na defesa da soberania do país, fazendo assembleias de massas nas fábricas para discutir o assunto e tomando a iniciativa de chamar todas as organizações dos trabalhadores a construir

uma manifestação contrária aos ataques. Nessa luta, devemos estar dispostos a fazer unidade de ação com todo mundo que se disponha a enfrentar o ataque, incluindo o governo Lula e quem mais queira participar.

No entanto, também nesta batalha é preciso manter um princípio: a classe trabalhadora e os revolucionários precisam ter independência política e organizativa em relação à burguesia e, portanto, também diante do governo de conciliação de classes de Lula, que, nesse momento, representa o grosso da burguesia.

Por isso, não deixaremos de ser oposição de esquerda e socialista ao governo, mas vamos golpear juntos contra o imperialismo, caso ele, efetivamente, tome alguma medida de enfrentamento. E, da mesma forma, defenderemos as possíveis medidas contra os imperialistas.

A SUBORDINAÇÃO DO PAÍS AO IMPERIALISMO E A ETERNA COVARDIA DA BURGUESIA BRASILEIRA

É preciso dizer, porém, que, para além da defesa da não-interferência de Trump no julgamento de Bolsonaro pelo Supremo Tribunal Federal (STF), até o momento o governo não tomou medida alguma, para além de palavras, contra os ataques de Trump, particularmente no que está sendo chamado de ataque econômico e que, na verdade, não deixa de ser “econômico e político”.

Por exemplo, usando um boné azul com os dizeres “O Brasil é dos brasileiros”, se contrapondo ao “Make America Great Again”

(“Torne os EUA grandes novamente”), usado por Trump e pelos bolsonaristas, Lula chegou a dizer que “as terras raras são nossas”, que não abriria mão de taxar as “Big Techs” e que poderia usar a Lei da Reciprocidade.

Mas, enquanto isto, o vice-presidente, Geraldo Alckmin, os ministros Haddad e Simone Tebet, e o grosso do empresariado estão propondo negociar tanto as terras raras quanto com as Big Techs.

Paralelamente, enquanto algumas empresas anunciam demissões, outras pedem ajuda governamental – para, na verdade, fazer avançar ainda mais a desregulamentação trabalhista e, também, que, para manter empregos, reduzir salários e exigir que o governo pague o salário reduzido dos trabalhadores.

Sabemos que o Brasil, que deveria ser dos brasileiros, infelizmente não é. A classe dominante é sócia minoritária da exploração do Brasil pelos diversos imperialismos e, a cada dia que passa, torna o país mais subordinado. Atitude desde sempre respaldada pelos governos de plantão, incluindo os do PT, que sempre administraram o país nos limites desta subordinação, de acordo com os interesses das multinacionais e países imperialistas e, inclusive, a aprofundaram, sendo governos pró imperialistas.

Isso não quer dizer que, diante da magnitude do atual ataque, a burguesia e o governo não

possam ser obrigados a reagir em algum grau. Contudo, não podemos nos esquecer que a luta contra o imperialismo e pela soberania é uma luta nossa, da classe trabalhadora, e devemos nos colocar na vanguarda desta batalha.

Se o governo e a burguesia nacional, que no dia a dia gerenciam os interesses das multinacionais e do sistema financeiro internacional aqui dentro, assumirem a postura de enfrentar e reagir a esse ataque, estaremos dispostos a fazer unidade de ação em tal luta, mas sem perder nossa independência política e organizativa.

CONTEÚDO E FORMA, ESTRATÉGIA E TÁTICA

Em uma situação como esta, não muda o conteúdo (ou a essência) da nossa política em relação ao imperialismo ou ao governo de colaboração do PT com a burguesia; mas, muda a forma de lidarmos com ele. Dizendo de outra maneira, não muda nossa estratégia, muda a tática.

Exigimos que Lula, efetivamente, comece a aplicar a reciprocidade. Se o fizer, faremos unidade de ação no combate e enfrentamento ao imperialismo. Mesmo assim, manteremos toda independência política e denunciaremos e enfrentaremos todos os limites que o governo burguês, de colaboração de classes, de Lula levante em relação a este combate. Isso caso o enfrentamento realmente aconteça.

Seguiremos não apoiando politicamente o governo; porque, primeiro, a nossa estratégia segue sendo a de construir a independência de

classe. Além disso, porque, também, a luta pra valer ou até o final, pela soberania nacional não é possível de ser dada nos limites do Arcabouço Fiscal, em aliança com a burguesia e nos limites desse sistema.

A soberania só pode ser conquistada através da luta da classe trabalhadora e seus aliados, do campo e da cidade, incluindo os pequenos produtores, e por um governo dos trabalhadores e seus aliados (também no campo e na cidade), sem a burguesia, comprometido com um projeto socialista de sociedade.

Por isso, estando dispostos a golpear juntos com o governo contra o imperialismo, se ele assim o fizer, seguiremos na oposição de esquerda e socialista ao governo.

SECTÁRIOS E OPORTUNISTAS

No livro “Os governos de Frente Popular na História”, o trotskista argentino Nahuel Moreno resgata uma definição de Trotsky que destaca que tanto os sectários quanto os oportunistas estão unidos pelo mesmo método:

“O pensamento oportunista, assim como o sectário, possui características em comum: da complexidade das circunstâncias e das forças extraem um ou dois fatores, que lhes parecem os mais importantes – e que, de fato, às vezes, são – e isolam esses fatores da complexa realidade, atribuindo a eles uma força sem limites nem restrições”, escreveu.

“O choque entre o sectarismo e o oportunismo surge, do ponto de vista metodológico, do fato

de que o elemento que um torna absoluto é o oposto do que o outro absolutiza. Nenhum dos dois atenta para o fato de que ambos os elementos são parte da realidade”, concluía.

Para exemplificar o que foi discutido por Trotsky e Moreno, vejamos alguns exemplos de como sectários e oportunistas se comportam na luta de classes.

O SECTARISMO

Diante de um ataque imperialista ou de uma invasão militar imperialista, no caso de um golpe militar bonapartista ou da ascensão do fascismo, o sectário, se nega a considerar a “forma” de lidar com este governo (ou seja, as táticas) e, inclusive, também se recusa a adequar as suas.

Uma postura sectária que pode chegar ao ponto da traição, como demonstrou Trotsky em relação à posição ultraesquerdista adotada pelo stalinismo que, quando da ascensão de Hitler, igualou a Social Democracia ao Nazismo e se negou a golpear junto com ela contra os nazistas.

Em situações como estas, os sectários e ultraesquerdistas se negam a combater ao lado do governo, contra a reação. O sectário, diz Moreno, nega-se a adequar suas palavras de ordem e sua linguagem, pisoteando as ilusões e as crenças das massas. Em última instância, expressa um desprezo pequeno-burguês pelas aspirações dos trabalhadores.

O OPORTUNISMO OU A “ESQUERDA DA ORDEM”

Mas, tanto para Trotsky quanto para Moreno, perante um governo de colaboração de classes, o oportunismo é o principal problema, mesmo em uma situação de ataque ou invasão imperialista ou golpe militar.

Nos últimos dias, passamos por três momentos diferentes na conjuntura do país. No primeiro, o governo de Lula foi jogado nas cordas pelo Centrão, que derrubou o IOF (um imposto indireto) e colocou em xeque as contas do governo, limitadas pelo Arcabouço Fiscal neoliberal.

No segundo momento, o Planalto, a Frente Brasil Popular (FBP) e a Frente Povo Sem Medo (FPSM), com toda a esquerda que apoia o governo, protagonizaram uma reação, de fato em defesa do governo e de toda sua política, supostamente contra o “Congresso inimigo do povo”, mais bem contra o Centrão.

Saíram em defesa da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, reivindicando o fim da escala 6×1 e a taxaçoão dos BBBs (bilionários, bets e bancos), mas sem questionar a política econômica do governo Lula e o ajuste fiscal, razão primeira do IOF (que, além de imposto indireto, estava voltado a pagar os juros da dívida aos banqueiros).

Claro, ao mesmo tempo, buscava viabilizar as contas do governo e algumas concessões (visando as eleições de 2026), assim como na manutenção dos demais ataques que essa política econômica exige.

Quer dizer, sem questionar o ajuste fiscal e em defesa do governo, com sua política econômica e tudo mais, foi lançada uma “mobilização” que, na verdade, tem como objetivo ganhar as ruas para uma campanha eleitoral, a favor de “Lula 2026”, e não para fazer a classe avançar efetivamente em suas lutas e reivindicações, que exigem romper com a política econômica atual.

Agora, há um ataque do imperialismo. E, de novo, a luta é por derrotar o imperialismo e pela unidade de ação necessária para enfrentá-lo, mas mantendo a independência política e organizativa da classe trabalhadora.

No entanto, novamente, uma certa “esquerda da ordem” segue incinerando a independência da classe trabalhadora e, também, o necessário enfrentamento, pra valer, com os imperialismos, no altar do apoio político ao governo e de uma agenda subordinada a mais uma campanha eleitoral, a de 2026.

Exigimos que Lula, efetivamente, comece a aplicar a reciprocidade. Se o fizer, faremos unidade de ação no combate e enfrentamento ao imperialismo. Mesmo assim, manteremos toda independência política, denunciaremos e enfrentaremos os limites que o governo levante em relação a este combate.

PALESTINA LIVRE

No Holocausto palestino, a fome como arma do Estado racista de Israel



SORAYA MISLEH
DE SÃO PAULO (SP)



Protesto pela Palestina Livre realizada em SP. Foto: J. Choma

As cenas que povoam as redes sociais, dia a dia, lembram imagens antes vistas por muitos apenas em filmes e documentários sobre o Holocausto perpetrado pelo nazismo no século passado: verdadeiros esqueletos humanos em campos de concentração. Em pleno século 21, é o que se vê em Gaza.

Bebês encontram-se num estágio tal de desnutrição que, quando se consegue o raro acesso à fórmula ou um pouco de leite, não têm força para ser amamentados. Cerca de 100 crianças palestinas foram assassinadas pela fome imposta por Israel desde março último – quando Israel retomou o genocídio, diretamente,

e o bloqueio pleno e criminoso à faixa de Gaza, após 42 dias de um cessar-fogo bastante frágil e com recorde de violações por parte do Estado sionista.

Neste período, mais de 80 adultos palestinos também foram vítimas da fome imposta no verdadeiro campo de concentração no qual Israel transformou Gaza, confinando seus mais de 2 milhões de habitantes.

GENOCÍDIO COM REQUINTES DE CRUELDADE

“[A fome é] uma das formas mais indignas e bárbaras de matar. (...) A intenção é que seja prolongada e maximize o sofrimento”, afirmou o Dr. James Smith, voluntário de emergência em Gaza, por duas vezes, em entrevista ao “Al Jazeera”, no dia 4 de agosto.

O mundo assiste, ao vivo e em cores, os requintes de crueldade de um verdadeiro Holocausto contra o povo palestino.

Além das mortes por bombas e balas, fome, sede e colapso humanitário compõem as atrocidades israelenses na Nakba palestina – catástrofe iniciada em 1948 com a criação do Estado colonial racista em 78% do território histórico da Palestina.

Como parte da instrumentalização da fome para matar mais palestinos e despi-los de qualquer humanidade e dignidade, Israel destruiu, em quase dois anos de genocídio, as instalações para garantia de ajuda humanitária e até mesmo as condições de subsistência – impedindo que palestinos pratiquem a pesca e, também, contaminando áreas agricultáveis.

Conforme dados oficiais, mais de 340 trabalhadores da Agência das Nações Unidas para Assistência aos Refugiados Palestinos (UNRWA) já foram mortos e Israel também bombardeou centros de distribuição e armazenamento de alimentos em Gaza, ao mesmo tempo que mantém o bloqueio pleno criminoso, que impede que entrem alimentos, medicamentos, água, fórmula para bebês... Tudo!

Em julho passado, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) alertou que todas as crianças palestinas de Gaza com até cinco anos de idade – 320 mil – estão ameaçadas de morrer de fome, sob risco de desnutrição aguda.

BLOQUEIO CRIMINOSO À AJUDA HUMANITÁRIA

A “Save the Children International” (ONG internacional “Salvem as Crianças”) denunciou, em reportagem da agência “Al Jazeera”, em 4 de agosto, que mais de quatro em cada dez mulheres grávidas e lactantes (43%) que procuraram tratamento em suas clínicas em Gaza, em julho, estavam desnutridas. Os limiares da fome foram atingidos para toda a população.

“A única maneira de reverter essa catástrofe é inundar Gaza com uma grande escala de ajuda”, declarou Philippe Lazzarini, comissário-geral da UNRWA, conforme informações divulgadas pelo órgão em 1º de agosto.

Segundo ele, a UNRWA, sozinha, tem o equivalente a 6 mil caminhões de alimentos e medicamentos prontos para cruzar a fronteira e entrar a Gaza. “Eles estão atualmente na Jordânia e no Egito e não foram autorizados a se

mover por quase cinco meses”, descreve o informe.

Segundo artigo publicado pela “Al Jazeera”, mais de 22 mil caminhões aguardam para pôr fim à campanha sistemática de “fome, cerco e caos”.

MENTIRAS E ARMADILHAS

Enquanto isso, como parte da desumanização no Holocausto perpetrado pelo Estado genocida, foi estabelecida, pelos Estados Unidos e Israel, a chamada “Fundação Humanitária a Gaz” que, em maio último, anunciava o início da distribuição de ajuda. Uma armadilha mortal e um escárnio que leva o nome de “humanitária”.

Mais de 1.400 palestinos foram assassinados tentando acessar migalhas para alimentar suas famílias. Sionistas arrumaram uma diversão nova: alvejar os corpos esqueléticos de crianças e adultos, muitos dos quais caíram mortos na fila da farinha.

Israel usa outra propaganda mentirosa: anunciou “pausas táticas” (de dez horas por dia) na ação militar, nas áreas de Al Mawasi, Deir al Balah e na Cidade de Gaza. “Até o momento, não houve progresso nem melhora na situação humanitária em toda a Faixa de Gaza”, destaca a UNRWA em seu informe.

As cenas são atrozés. Para tentarem beber água, crianças tentam quase espremer um cano furado e sorver uma gota que seja. Palestinos buscam alguma migalha no lixo, para não morrerem de fome.

Os hospitais destruídos não têm condições de salvar aqueles que chegam com desnutrição severa; enquanto corpos mutilados se acumulam ao lado de outros repletos de feridas e queimaduras inimagináveis.

Segundo relatório divulgado em junho último pelo “Harvard Dataverse”, assinado pelo pesquisador israelense Yaakov Garb, mais de 377 mil palestinos encontram-se desaparecidos em Gaza – metade crianças. Ou seja, 16,5% da população local.

E NA CISJORDÂNIA?

A faixa de Gaza, juntamente com a Cisjordânia e a Cidade Velha de Jerusalém, constituem os 22% do território histórico da Palestina ocupados militarmente por Israel em 1967.

Enquanto Gaza já enfrentava um bloqueio criminoso há 18 anos e sucessivos massacres, a Cisjordânia vivia o avanço da colonização e limpeza étnica. Toda a Palestina histórica – inclusive as áreas ocupadas em 1948 – segue submetida a um regime institucionalizado de apartheid.

Nestes quase dois anos, a situação se agravou ainda mais na Cisjordânia, onde o temor é que sejam a próxima Gaza. Experimentos já ocorrem no Norte, em meio a limpeza étnica acelerada e aprofundada.

Segundo o Escritório das Nações Unidas para Coordenação de Assuntos Humanitários (Unocha), as forças de ocupação israelenses destruíram 43% do campo de refugiados de

Jenin, 35% do de Nur Shams e 14% do de Tulkarm. Desde outubro de 2023, mais de 40 mil palestinos foram expulsos de suas terras e casas nesses locais e mais de mil foram assassinados em toda a Cisjordânia.

O número de presos políticos, submetidos a torturas inomináveis, explodiu. Organizações revelaram que mais de 17 mil passaram pelas masmorras sionistas e, hoje, somam-se quase 11 mil ainda encarcerados, incluindo 50 mulheres e 450 crianças.

A anexação de terras e a expansão de colonatos avançam, assim como os “pogroms” (ataques violentos e sistemáticos a um grupo étnico, no caso os palestinos) por parte de colonos sionistas. Como parte das agressões, em 3 de agosto, o ministro da “Segurança Nacional” de Israel, Ben-Gvir, liderou um grupo de quase 4 mil colonos que invadiram o complexo da Mesquita de Al Aqsa, em Jerusalém, erguendo bandeiras sionistas.

MÁSCARA DE ISRAEL CAIU

Diante de tanto horror, há quem se sinta impotente e questione se não está tudo perdido. A resposta é não. Na verdade, a cara explícita de Israel nunca esteve tão evidenciada, expondo sua natureza racista, colonial, genocida. A máscara caiu.

A solidariedade com o povo palestino em todo o mundo é imensa, embora não seja tão percebida pelos palestinos, naturalmente, já que o sentimento de abandono é grande – e não é de hoje –, e a cumplicidade internacional

histórica se mantém no geral, apesar do crescente isolamento internacional.

A resistência palestina recolocou a causa no centro dos debates, internacionalmente, e tem exposto todos os seus inimigos: o imperialismo/sionismo, os regimes árabes e a burguesia árabe-palestina, hoje representada, sobretudo, por uma nova classe capitalista vinculada à gerente da ocupação, a Autoridade Palestina.

A cara explícita de Israel nunca esteve tão evidenciada, expondo sua natureza racista, colonial, genocida. A máscara caiu.

INVESTIDAS

Sionismo tenta silenciar as críticas

Na perspectiva histórica, os danos ao projeto sionista parecem irreversíveis e aceleram seu fim. Para tentar salvá-lo, observam-se aliados históricos, como França e Reino Unido, falando em reconhecer o Estado palestino.

Enquanto isto, sionistas “de esquerda”, como Michel Gherman, denunciam a extrema direita sionista como causadora do genocídio, adotando a retórica de que seria um problema de governo, e não de Israel enquanto Estado colonial e racista. A crise interna sionista se aprofunda, como se vê nas marchas em Tel Aviv.

Ao mesmo tempo, cresce a repressão e criminalização para tentar silenciar as vozes que se levantam pela Palestina. Em São Paulo, por exemplo, a Prefeitura fez duas ofensivas nos últimos dias.

A primeira foi contra murais na capital, mandando repintar os que continham a inscrição “Palestina livre”, ao atender investida sionista da vereadora Cris Monteiro (Novo). A segunda contra a 7ª Festa Literária Pirata das Editoras Independentes (Flipei), com o cancelamento ilegal do contrato, pela Fundação Theatro Municipal (responsável pela Praça das Artes, onde o evento ocorreria), às vésperas de seu início, neste 6 de agosto.

A feira, agora, ocorrerá, segundo os organizadores, em locais como o Galpão Elza Soares, do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). O historiador israelense antissionista Ilan Pappé é presença confirmada, na tarde do dia 6.

O desespero dos sionistas e aliados é revelador. Israel caminha para uma derrota política, enquanto lamentavelmente o Holocausto não cessa. Mas os palestinos se recusam a serem apagados do mapa.

LIMITES

Significado das medidas anunciadas pelo Brasil

Diante da pressão por isolamento internacional, por parte da solidariedade incondicional, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira,

anunciou uma série de medidas durante a Conferência das Nações Unidas, em 29 de julho.

Entre elas, a entrada do Brasil na ação contra Israel, por genocídio, impetrada pela África do Sul, e o bloqueio de exportações de equipamentos de defesa para o Estado sionista, além de “investigações” de importações de produtos oriundos de assentamentos.

Também anunciou a saída da chamada Aliança Internacional para Memória do Holocausto (IHRA), na qual o Brasil ingressou durante o governo Bolsonaro e que não passa de uma manobra sionista para criminalizar o antissionismo, falsamente equiparando-o ao antissemitismo.

Embora as medidas sejam progressivas, ainda são tímidas e insuficientes. No Tratado de Livre Comércio (TLC) Israel-Mercosul, promulgado pelo Brasil em 2010, já está prevista a restrição a produtos de assentamentos. Seria muito mais efetivo que o Brasil se retirasse do TLC, indo ao encontro de sua suspensão definitiva, demanda do movimento BDS (boicote, desinvestimento e sanções) a Israel.

Reportagem do E-investidor (Estadão, 11/10/2023) revela que as exportações brasileiras de armas a Israel, via Taurus, saltaram 700% no 1º semestre de 2023: de R\$ 560 mil para R\$ 4,9 milhões. Contudo, esse montante representou menos de 1% da receita total da empresa no período. Seu principal cliente foram os EUA, responsáveis por 82,53%

dos R\$ 800 milhões arrecadados entre janeiro e junho.

Já as importações de tecnologia militar israelense, de acordo com reportagem do “Brasil de Fato”, de 4 de agosto, bateram recordes nos últimos anos, disparando de uma média de US\$ 1 milhão por ano, desde 1997; para US\$ 9 milhões, em 2022; US\$ 16,5 milhões, em 2023; e chegando a US\$ 21,7 milhões, em 2024 (R\$ 120,6 milhões).

Mas, até agora, o Brasil não anunciou sanções a importações, portanto, nenhum embargo militar total ao Estado genocida.

Também deixou de fora das sanções a exportação de aço e do petróleo que abastece os tanques sionistas. Entre 7 e 10 de agosto, o BDS emitiu chamado a ações por embargo energético a Israel.

Já passou da hora de Lula avançar para além de medidas tímidas, simbólicas e das palavras, para sanções efetivas e concretas, rumo à ruptura de todas as relações com o estado genocida de Israel.

O movimento BDS inspira-se no decreto de 1985 (governo Sarney) que impôs sanções ao apartheid sul-africano. Quatro décadas depois, exige que o Brasil rompa definitivamente com a cumplicidade histórica no apartheid sionista.■

PRÉ-VENDA:
UMA HISTÓRIA
DAS MULHERES
PALESTINAS

DE: R\$64,90
POR: R\$58,00

تاريخ النساء الفلسطينة
Soraya Misleh
uma HISTÓRIA das
MULHERES PALESTINAS
dos salões aos primórdios
da literatura de resistência

EDITORA
sundermann
www.editorasundermann.com.br



ANGOLA

Ditadura de Angola responde a levante popular com massacre



DA REDAÇÃO



Protesto pela Palestina Livre realizada em SP. Foto: J. Choma

A inflação, o desemprego e os ataques aos salários levaram a uma onda de protestos em Angola contra o governo neoliberal de João Lourenço, do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), partido que está há 50 anos no poder. No fim de julho, a revolta contra o corte dos subsídios aos combustíveis explodiu com a greve dos taxistas em Luanda, espalhando manifestações por todo o país, apesar de duramente reprimidas.

O Opinião Socialista entrevistou José Gomes Hata, do movimento Terceira Divisão e ex-presos político. Hata começou no rap contestador e participou dos protestos de 2011 e 2012. Foi preso em 2015, acusado de conspiração.

NO ÚLTIMO DIA 28, TEVE INÍCIO A GREVE DOS TAXISTAS, CONVOCADA CONTRA O AUMENTO DOS COMBUSTÍVEIS. MAS, A GREVE TAMBÉM FOI APOIADA POR UMA PARCELA MUITO GRANDE DA POPULAÇÃO, QUE SAIU ESPONTANEAMENTE ÀS RUAS, EM PROTESTO. POR QUE HOVE ESSE APOIO POPULAR TÃO GRANDE?

São várias questões que, em três dias, levaram à explosão. Resumindo brevemente: Angola tornou-se independente em 1975, após séculos de colonialismo. Em 1991-92 houve eleições multipartidárias, mas o país mergulhou numa guerra civil até 2002. O MPLA está no poder desde a independência.

O petróleo sempre teve papel central na economia e Angola é o país é o segundo maior produtor da África. Mas, entre 2011 e 2012, uma recessão agravou as condições de vida, principalmente dos jovens. Foi aí que começaram os primeiros protestos.

A partir desse momento, começaram a surgir crises políticas em Angola, porque o Estado não tinha dinheiro. Por causa disso, como nossa economia é petrodependente, tivemos que recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que entrou em Angola e, como sabemos, trouxe suas famosas recomendações ligadas a cortes de verbas nos setores sociais, afetando inclusive os combustíveis, que eram subvencionados pelo Estado.

Nossa dívida externa, hoje, consome mais de 60% do orçamento do Estado. Ou seja, a

maior parte é usada para pagar a dívida. Desde então, o governo tem aumentado de forma excessiva o preço dos combustíveis.

E ISSO MEXE NO BOLSO DE TODO MUNDO, NÃO SÓ OS TAXISTAS...

Sim. O litro de combustível custava pouco mais de 100 kwanzas; mas, o objetivo do governo do MPLA é elevar os preços dos combustíveis até 800 kwanzas (aproximadamente R\$ 4,80). A primeira tentativa de aumento aconteceu em 2023. Mas a sociedade reagiu com protestos.

O governo angolano aumentou o preço dos combustíveis em 33%, chegando a 400 kwanzas por litro. Isso num país com salário mínimo de 30 mil kwanzas (cerca de R\$ 180) e inflação de quase 20%, entre maio e junho.

Entre junho e julho, os salários do funcionalismo público atrasaram, pois a prioridade foi pagar a dívida externa. O combustível sobe, o transporte encarece, mas o salário segue o mesmo — e o setor público ainda é o maior empregador. A sociedade reagiu! Primeiro, protestos contra o aumento dos combustíveis; depois, mobilizações estudantis e, em seguida, [entrou em cena] a Associação dos Taxistas. Eles planejavam uma greve pacífica, parando suas atividades. Mas, na véspera, o Serviço de Investigação Criminal sequestrou o vice-presidente da Associação, gerando confusão. No dia seguinte, sem táxis nas ruas, a revolta

cresceu. Famílias, com fome, saquearam mercados para levar comida para casa. A polícia partiu contra os manifestantes, disparando, assassinando mulheres, crianças e até idosos, o que resultou em mais de 100 mortos e 1.500 feridos. Mas esses são dados oficiais do Ministério do Interior. Acredito que os números são muito superiores, porque uma ditadura não funciona com transparência.

Depois, a polícia passou a perseguir pessoas até em suas casas, interpelando quem passava na rua, sem relação com os atos: pessoas saindo de hospitais, indo à igreja ou em atividades cotidianas, que foram interpeladas e assassinadas. Há vídeos horripilantes que mostram a crueldade desse regime.

COMO AS PESSOAS ESTÃO REAGINDO, APÓS IREM ÀS RUAS E SOFREREM COM ESSA VIOLÊNCIA REPRESSIVA?

Olhe, há reações distintas. Uma classe pequeno-burguesa, que controla as mídias tradicionais (rádios, jornais, TVs), reforça o discurso do sistema para legitimar repressão, as mortes e a miséria, adjetivando os manifestantes como vândalos. Do outro lado, há vozes jovens, contestadoras, que reconhecem que essa explosão social é consequência de 50 anos de ditadura.

Mas a resistência continua. É um momento de crise, mas, como indica a palavra, é também de tomada de posição e consciência. Há, claramente, mais crítica.

Existe uma indignação coletiva, fruto das últimas repressões.

O QUE SERÁ FEITO NOS PRÓXIMOS DIAS?

Estão marcados protestos em Angola e no exterior, nos consulados angolanos pelo mundo. No Brasil, ocorrerão na sexta-feira (8 de agosto), no Rio, em São Paulo e Brasília. Convido todos a comparecerem, em massa, para gritarmos juntos contra a ditadura e os assassinatos, pela liberdade de expressão e contra a ingerência do FMI em Angola.

Temos alertado para a profundidade do problema angolano. Ele não se resume à alternância política. É mais profundo: passa pela definição do tipo de Estado que queremos. Há multinacionais, dívida externa e questões de soberania sobre recursos. Não basta destituirmos o governo. É crucial que os recursos de Angola sirvam aos angolanos. O problema angolano é muito mais profundo e precisamos confrontar os males criados pelo Estado e pelo sistema capitalista.

A polícia partiu contra os manifestantes, disparando, assassinando mulheres, crianças e até idosos, o que resultou em mais de 100 mortos e 1.500 feridos. Acredito que os números são muito superiores, porque uma ditadura não funciona com transparência.
